

Servidores

MARÇO 2007

na Luta



Sindicato dos
Servidores
Públicos
Municipais
de Santos

INFORMATIVO DO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SANTOS | Nº 20

COM MAIS PARTICIPAÇÃO AS CONQUISTAS PODEM SER MAIORES

Após uma campanha salarial que durou mais de dois meses, a mudança no seu salário será de 7% a mais em média. Esse é o percentual considerando os 4% de reajuste do salário base, a incidência do PCCS sobre o novo ordenado, a incorporação de metade do abono (R\$ 17,04). Dependendo do nível salarial do servidor, os pagamentos podem ser reajustados em 5,5% a 9,5%. Se considerarmos a proposta de 2% oferecida pelo administração no início das negociações, a avaliação da campanha reivindicatória é positiva.

O alto nível de comparecimento dos trabalhadores nas assembleias, nunca visto nos últimos 10 anos, deu mais força ao sindicato na mesa de negociação. Porém, com uma maior participação da

categoria poderíamos ter conquistado muito mais.

Lamentamos apenas que de forma unilateral o prefeito tenha rompido as negociações com o Sindserv e enviado projeto de lei do nosso reajuste para a aprovação da Câmara. De qualquer maneira fizemos o nosso dever de casa, mas o trabalho está longe de terminar. A partir de agora nosso esforço será voltado em exigir que o prefeito Papa cumpra com a sua palavra e até o final do ano incorpore o restante do abono. Também queremos a continuidade das negociações dos demais itens da pauta aprovada em assembleia, como fim das contratações pela Lei 650, melhoria das condições de trabalho. O sindserv já enviou ofício à Prefeitura pedindo a retomada dessas discussões.

Veja como fica
o seu reajuste:

4% no salário base

Percentual do PCCS

Incorporação de
metade do abono

4% no auxílio-
alimentação



Em média **7,32%**
de aumento no
salário

Com a ajuda
de todos
chegaremos
no topo



Veja a nossa escalada

09/02

Após quatro reuniões e dois encontros desmarcados pela Prefeitura, o secretário Edgard propõe um índice absurdo de 2% de reajuste, abaixo da inflação dos últimos 12 meses.

09/02

Seis horas depois o sindicato sai do encontro com a oferta de duas

contrapropostas: 3,14% de reajuste no salário e no vale-refeição mais 50% do abono ou 5% de reajuste no salário e no vale-refeição e nada mais.

13/02

Após a categoria rechaçar as duas opções em assembleia, o sindicato apresenta nova proposta: 5% de reajuste,

incorporação integral do abono, aumento do auxílio-alimentação para R\$ 220,00 e cesta básica para todos os funcionários. A Prefeitura não aceita e oferece 3,14% de reajuste e incorporação de metade do abono.

14/02

Em nova assembleia a categoria mais uma vez diz não e decide realizar um plebiscito

sobre os assuntos nos locais de trabalho.

O resultado apontou que 88% dos consultados foram contra e 12% foram a favor.

28/02

Governo Papa apresenta outra proposta salarial: reajuste de 4%, incorporação

de 50% do abono em vigor, aumento de 4% no auxílio-alimentação, passando dos atuais R\$ 154,00 para R\$ 160,16; e o adiamento do primeiro desconto

para o Instituto de Previdência (de 25/04 para 25/07). Além disso, a promessa de que no segundo semestre voltaremos a discutir a incorporação do restante do abono. No dia primeiro de março, sem esperar a decisão da categoria, o prefeito Papa envia o projeto para a Câmara.

Próxima
campanha salarial

Salário digno, recomposição das perdas, aumento da cesta básica e servidores valorizados.

ASSÉDIO MORAL É CRIME: DENUNCIE AO SINDICATO

Como se não bastassem os salários defasados e as precárias condições de trabalho, parte dos servidores vem sendo vítimas de uma atitude inaceitável por parte das chefias: **O ASSÉDIO MORAL**

Recentemente servidores de secretarias distintas (ex. Saúde, Educação e Obras) foram afastados de suas funções (colocados à disposição) por chefe de plantão sem que houvesse acusações fundamentadas contra os mesmos ou decisões de inquéritos. O sindicato teve que intervir junto às secretarias para reverter os casos e hoje os servidores voltaram para suas atividades.



NOTA

Lembramos que a forma de punição utilizada por algumas chefias na Prefeitura, a conhecida "colocar à disposição" não existe no estatuto dos servidores municipais.

O Sindserv está distribuindo panfletos nos locais de trabalho para esclarecer os funcionários que esse tipo de prática rotineira e covarde pode e deve ser denun-

ciada. O assédio acontece e se mantém porque o assediador, que normalmente exerce uma função de comando, se coloca em uma situação superior e intimidadora. Com medo de serem perseguidas, as vítimas, muitas vezes, preferem o silêncio. No entanto, essa atitude colabora para que a situação permaneça e se repita com outros servidores.

**SERVIDOR, NÃO SE CALE! RECORRA AO SINDICATO.
NÓS TRABALHAMOS PARA DEFENDER OS SEUS DIREITOS!**

LEI 650:

FORMA DE BURLAR CONCURSOS PÚBLICOS QUE PREJUDICA AS FINANÇAS PÚBLICAS E OS NOSSOS SALÁRIOS

O Governo Papa vem prorrogando os contratos dos funcionários admitidos pela Lei 650 gerando queixas por parte dos mais de 4 mil aprovados no último concurso público municipal que continuam esperando por uma oportunidade de emprego.

O sindicato apoia o protesto dos concursados e vai mais além ao denunciar, inclusive ao Ministério Público do Trabalho, que essa prática prejudica as finanças públicas e o salário dos servidores. As contratações excessivas pela Lei 650 estão pesando nos cofres da administração e cada vez sobra menos dinheiro para o reajuste dos nossos salários.

A utilização em larga escala dessa lei, criada apenas para ocasiões emergenciais, também impede o aumento da arrecadação da Capep Saúde e do futuro Iprev. Essas entidades, ao deixarem de ter novos contribuintes, perdem receitas, comprometendo significativamente a qualidade do atendimento, bem como põem em risco a garantia das futuras aposentadorias e pensões.

O contribuinte municipal também sai perdendo pois seus impostos custeiam funcionários mais caros. Enquanto um funcionário celetista

gera encargos para a Prefeitura de até 30% sobre cada remuneração em razão dos gastos como INSS (22%) e FGTS (8%), os impactos do recolhimento de impostos dos concursados são hoje de apenas 11,2%, sendo 9,2% para pensão e 2% para a Capep Saúde.

Mas nada disso sensibiliza o Governo Papa, que continua desvirtuando a finalidade da Lei 650, hoje um imenso cabide de empregos. Atualmente, segundo dados da própria Secretaria de Finanças, existem no quadro municipal 2.500 funcionários contratados por esse regime. Esse número corresponde a cerca de 31% do total de funcionários da ativa. O Sindserv não é contra as pessoas contratadas dessa forma, mas sim contra essa política que transforma os trabalhadores (as) em moedas eleitorais.

Por tudo isso vamos continuar exigindo a imediata nomeação dos aprovados no último concurso. Também lutaremos pela abertura de novos concursos públicos para ampliação do quadro de merendeiras, coveiros, pedreiros, pintores, marceneiros, áreas onde a escassez de trabalhadores já está comprometendo a qualidade do atendimento público.

JUSTIÇA DETERMINA APLICAÇÃO DO PAV

Após recorrerem à Justiça para exigirem o cumprimento do Plano de Avaliação (PAV) do PCCS, dezenas de servidores estão prestes a terem seus salários reenquadrados.

Além de fazer o acompanhamento desses processos individuais, o Sindserv ingressou com uma ação coletiva para garantir o mesmo direito a todo o funcionalismo.

Desesperada com a possibilidade de arcar com a dívida que tem com os servidores, a Prefeitura iniciou uma manobra para rapidamente criar outro plano de cargos e carreiras e revogar o atual, criando uma expectativa que desmobiliza toda a categoria e facilita o desmonte do PCCS, que é uma lei municipal que não é respeitada pelo prefeito.

É com esse objetivo que desde o início do ano o Governo Papa vem se reu-

nindo com representantes da Fundação Getúlio Vargas a portas fechadas para formatar um novo PCCS dos servidores. Essa manobra custou aos cofres públicos cerca de R\$ 300 mil. Até o momento não houve a devida discussão com a categoria, nem tão pouco o sindicato foi convidado a participar do processo. De qualquer forma, não abriremos mão dos nossos direitos.

A Prefeitura já tem uma dívida com os servidores e quer inventar uma outra. Perguntamos: O que garante que esse novo plano será pago? O calote já foi dado. Podemos discutir mudanças mas não sem as garantias de que tudo o que nos é devido seja honrado, de acordo com a lei.

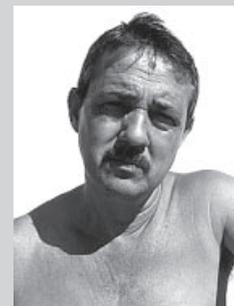
O departamento jurídico do sindicato está à disposição dos servidores que queiram mais orientações sobre o assunto.

Opinião



"Acho que em vez da Prefeitura fazer um novo PCCS ela poderia por em prática o que já existe. O novo pode demorar ainda mais. Nós já devíamos estar recebendo há muito tempo esse dinheiro no salário".
Daniel Neris dos Santos, 44 anos, há 20 anos encarregado de serviços gerais da Prefeitura

"Acho melhor não arriscar fazendo outro plano de cargos. Como é que vamos saber se será melhor que o atual? Pode até diminuir o valor. A prefeitura tem é que cumprir o que já existe".
Paulo Sérgio Cardoso, 47 anos, há 22 anos pintor da Prefeitura



SINDSERV DENUNCIA MÁS CONDIÇÕES DE TRABALHO À DRT

Na última semana o sindicato esteve em várias unidades da Prefeitura para analisar denúncias de falta de condições de trabalho. O que se viu em pront-socorros e cemitérios foram cenas, todas documentadas, de desrespeito às normas de segurança e saúde.

Coveiros trabalhando em exumações sem luvas ou botas, ambientes inadequados e insalubres, salas de hospitais com infiltrações e riscos de curto-circuito foram alguns dos flagrantes feitos. As constatações foram en-

caminhadas à Delegacia Regional do Trabalho (DRT), que convocou a prefeitura para dar explicações em uma mesa-redonda (22/03). Na ocasião cobraremos a solução para diversas pendências apresentadas pelos trabalhadores ao sindicato. Caso o Governo Papa não solucione os problemas encontrados iremos ao Ministério Público denunciar o desrespeito aos servidores e aos munícipes. Outras denúncias podem ser feitas na sede da entidade.

PAPA SE IMPORTA COM A CAPEP?

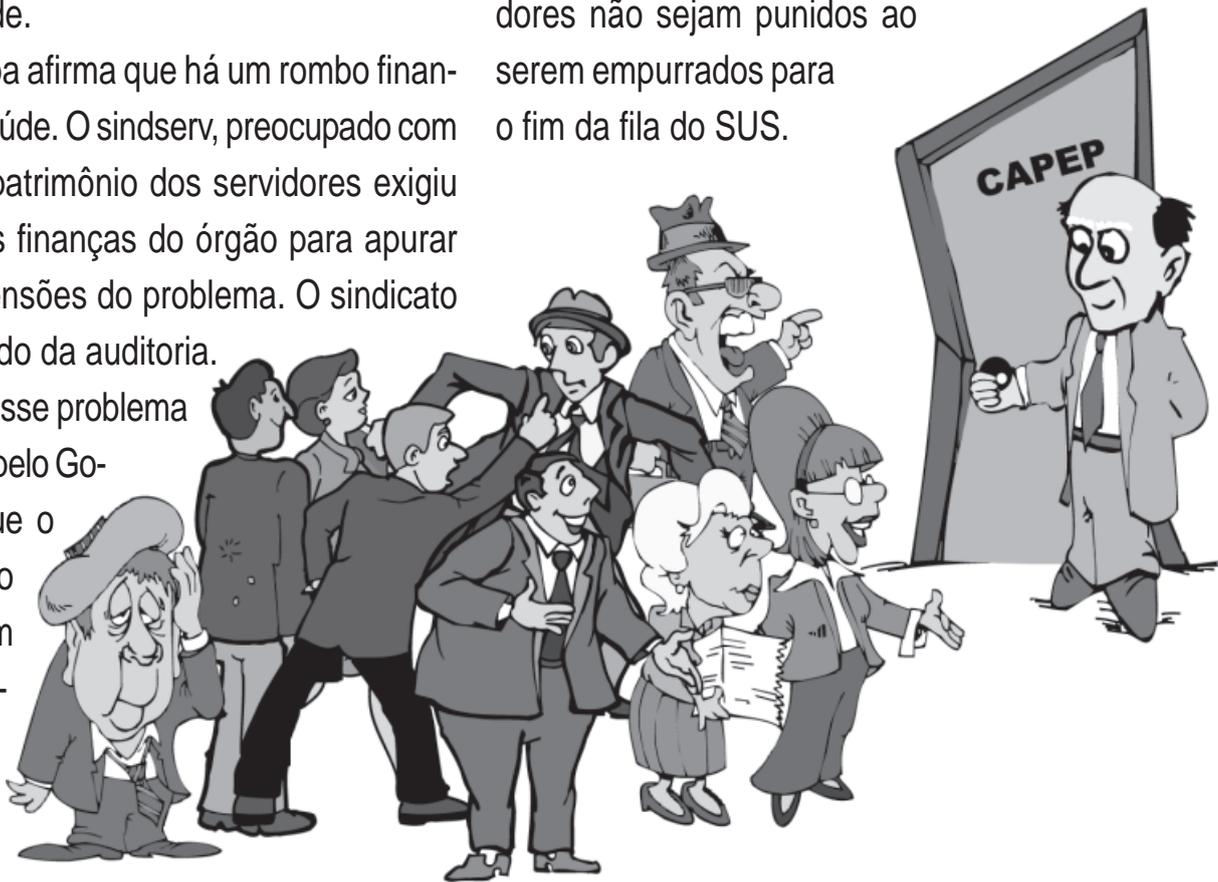
Se não tomar uma providência urgentemente, a Administração Papa pode entrar para a história da cidade como sendo a responsável pelo fechamento da Capep Saúde.

O Governo Papa afirma que há um rombo financeiro na Capep Saúde. O sindserv, preocupado com esse importante patrimônio dos servidores exigiu uma auditoria nas finanças do órgão para apurar as origens e dimensões do problema. O sindicato aguarda o resultado da auditoria.

Sabemos que esse problema não veio a público pelo Governo Papa porque o rombo era resolvido mensalmente com recursos das pensões. Com a criação do Instituto de Previdência

essa manobra não mais poderá ser realizada.

O impasse precisa ser resolvido a tempo para que mais uma vez os servidores não sejam punidos ao serem empurrados para o fim da fila do SUS.



Solidariedade Urgente

As crianças Guarani Mybiá, da Tribo Aguapeú, em Mongaguá, estão morrendo de desnutrição. O Governo Federal retirou recursos antes destinados às tribos sem terras demarcadas. Esta medida jogou várias tribos em agonia.

Ajude: Doe alimentos não perecíveis (feijão, arroz, macarrão, fubá e outros) na sede do sindicato (Av. Campos Sales, 106). Podemos pegar na sua unidade, é só avisar.

Curso no sindicato

A diretoria do Sindserv entende que quanto mais o trabalhador (a) sabe, mais conscientemente ele (a) atua.

Dessa forma, iniciamos um processo de formação dando o primeiro passo de uma longa caminhada. O Sindserv estará recebendo inscrições para o curso "Como funciona a sociedade". O curso será realizado num final de semana. As inscrições devem ser feitas no sindicato. Associados não pagam. Para não associados o custo é de R\$ 10,00. Os participantes receberão certificado no final do curso.

Em breve o novo site do
Sindserv estará no ar.

Órgão Informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santos

Edição e Textos: Alcione Herzog (Mtb 32.236) Produção Gráfica: Somatorium - (13) 3467-7156 Impressão: Gráfica Diário do Litoral. Tiragem: 3.000 exemplares.

SINDSERV: AV. CAMPOS SALES, 106 - VILA NOVA - SANTOS
TEL.: (13) 3228-7400 - sind_serv@uol.com.br